



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **DA OBRIGATORIEDADE DE UM PROGRAMA A IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO IFAL**

**Maria do Socorro Ferreira dos Santos**

*Instituto Federal de Alagoas (IFAL)*

[socorrofsantos@yahoo.com.br](mailto:socorrofsantos@yahoo.com.br)

### **Resumo:**

O presente artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla realizada durante o Doutorado sobre a implantação do PROEJA no Instituto Federal de Alagoas – IFAL. Aqui, objetivamos apresentar a visão dos gestores e professores durante a implementação desse programa e seus desafios em se consolidar como política pública. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa foram dirigentes e professores das áreas técnica e de formação geral. Os resultados trazem reflexões importantes relacionados às dificuldades da incorporação do PROEJA como política contínua e que envolve vários aspectos. Entre eles, alguns relacionados ao próprio descaso governamental e o pouco entendimento no que diz respeito ao direito à educação para esse público, além do não conhecimento das especificidades desses sujeitos e da ausência de formação de professores para atuar na EJA. Ainda faltam laboratórios, acesso a serviços essenciais no turno noturno, como psicologia, secretaria, assistência social, entre outros. Ainda existe preconceito em relação ao PROEJA, principalmente nos campi mais antigos, provavelmente pelo fato de que a cultura da educação técnica está mais arraigada e, nesses espaços, percebemos que alguns professores preferem não assumir as turmas, pois essa modalidade não dá *status*, ficando o PROEJA como um lugar para os novatos. Por fim, o estudo indica que as políticas públicas nesse universo configuraram-se, como fragmentadas e descontínuas do ponto de vista do público jovem e adulto trabalhador que busca uma profissionalização.

**Palavras-chave: PROEJA, Política Pública, Educação Profissional.**

### **1. INTRODUÇÃO**

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia de Alagoas (IFAL) se confunde com a própria história das instituições educacionais brasileiras, pois desde 1909, junto com mais 18 escolas, iniciava suas ações com o objetivo de ensinar atividades importantes para os meninos “desprovidos da sorte”. Assim como as outras instituições centenárias, o IFAL é considerado importante para o desenvolvimento do País, especificamente no nosso Estado.

Alagoas, apesar de ter um cenário de grandes belezas naturais, somado a muitos atrativos turísticos, é um estado que traz um histórico de descaso social apresentado através de



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

vários números negativos que assustam pesquisadores, educadores e, acima de tudo, brasileiros que não se conformam com injustiças e abandono social.

Um desses números está relacionado ao maior índice de analfabetismo do país, com 22,52% da população acima de dez anos de idade, conforme Censo do IBGE 2010. Num país como o nosso com 14.612.183 de analfabetos entre mais de 162 milhões de brasileiros maiores de dez anos de idade, o que representa 9,02% da população a partir desta faixa etária, o Nordeste apresenta a taxa de analfabetismo mais significativa, com 17,6% do total nacional. A realidade é preocupante, como mostra matéria em 4 de dezembro de 2013, na Folha de São Paulo, sobre dados de mais uma pesquisa realizada sobre a educação do nosso país.

Estado com o maior percentual de Analfabetismo do País, com 21,8%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2012, Alagoas também teve o pior desempenho brasileiro nas três áreas avaliadas nesta edição do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). Os estudantes alagoanos de 15 anos ficaram em último lugar do País em Matemática, com 342 pontos, Leitura (355) e Ciências (346), alcançando uma média de 347,7637. (EDUCAÇÃO NA MÍDIA, 2013).

Além disso, temos o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do país, envolvendo o ranking da rede estadual, em todos os níveis de ensino. Esse indicador foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e busca analisar os fatores que interferem na qualidade da educação, ou seja, rendimento escolar incluindo aí as taxas de aprovação, reprovação e abandono, além das médias de desempenho na Prova Brasil.

Dados como esses nos preocupam, pois, em pleno século XXI, ainda estamos enfrentando tais problemas, embora devamos ter a consciência de que historicamente, vários programas foram preparados e desenvolvidos com o objetivo de atender à população que não conseguiu concluir a educação básica.

Segundo Machado (2011), o PROEJA pode ser considerada a primeira experiência em âmbito nacional capaz de aproximar duas modalidades da educação básica – a EP e a EJA – atendendo às reivindicações da sociedade civil organizada e o atendimento a ações inclusivas nos IFs.

É importante ressaltar ainda que o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) aprovado recentemente, após três anos de análise, em suas Metas de 8 a 11 traz à tona a necessidade de se enxergar a população que não conseguiu concluir seus estudos na idade própria. Essa realidade exige, mais uma vez, projetos governamentais para lidar com essa situação e aponta a necessidade de um olhar específico nesse contexto, especialmente para a rede federal de educação, por meio das estratégias apresentadas no referido documento. Compreendendo a importância e a responsabilidade do IFAL para cumprir essas metas, é necessário analisar a



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

realidade educacional do nosso Estado em relação à Região Nordeste, especialmente considerando os grupos etários e as condições de alfabetização.

**Tabela 01: Total de população por grupos etários e condição de alfabetização – Região Nordeste**

Grupos etários	Total	Alfabetizados	Não alfabetizados
15 a 17 anos	1 061 192	1 050 573	10 619
18 ou 19 anos	680 664	672 682	7 982
20 a 24 anos	1 462 082	1 436 672	25 410
25 a 29 anos	1 395 297	1 355 107	40 190
30 a 39 anos	2 640 672	2 492 841	147 831
40 a 49 anos	1 992 890	1 800 632	192 258
50 a 59 anos	1 449 456	1 209 570	239 886
60 anos ou mais	1 505 263	1 009 330	495 933

Fonte: IBGE (2013)

**Tabela 02: População total e condição de alfabetização por grupos etários – Alagoas**

Grupo etário	População por faixa etária	Alfabetizados	Não alfabetizados
15 a 17 anos	187.653	182.205	5.448
18 ou 19 anos	122.899	118.62	4.237
20 a 24 anos	302.668	286.326	16.342
25 a 29 anos	235.484	216.109	19.375
30 a 39 anos	501.845	417.699	84.146
40 a 49 anos	428.58	320.832	107.748
50 a 59 anos	284.513	184.624	99.889
60 anos ou mais	360.761	173.118	187.643

Fonte: IBGE (2013)

Diante dessa realidade preocupante e desafiadora, o objetivo desse trabalho é apresentar as percepções dos gestores e professores acerca do PROEJA e como ele chega ao IFAL, já que se tratava inicialmente de um programa cuja obrigatoriedade buscava atender milhões de brasileiros que não concluíram seus estudos.

Para isso, dividiremos nosso artigo em três momentos: primeiro, apresentando os aspectos metodológicos; segundo, os resultados e as discussões e por fim nossas considerações.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## 2. METODOLOGIA

Para desenvolver estudos sobre o PROEJA a escolha adequada do método nos possibilita ampliar possibilidades de análise e condições de interpretação, especialmente por envolver três campos importantes na área do ensino, a educação profissional, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. Assim, escolhemos a abordagem qualitativa por percebermos que é possível estabelecer, por meio dela, relações mais amplas entre esses campos. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

Segundo Gil (2002, p.44-45), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Corroborando com Gil, Fonseca (2002, p. 32) explica que qualquer pesquisa científica tem em seu início esse levantamento e afirma que é a “pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.”

Como segunda escolha metodológica, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas. Segundo Lakatos (1991) e Lüdke e André (1986), as entrevistas semiestruturadas são aquelas que apresentam um número de questões pré-definidas que possibilitem uma maior expressão acerca da temática investigada. Para os autores, essa técnica dá liberdade ao entrevistador e possibilita surgir novos questionamentos, o que poderá ocasionar uma melhor compreensão do objeto em questão.

Participaram da pesquisa 10 professores e 13 gestores. Os dirigentes foram escolhidos de forma direta de acordo com os cargos ocupados na gestão atual, para não serem identificados usaremos identificadores gerais (*Dirigentes, 01, 02, 03, etc.*) Os professores foram convidados aleatoriamente, compreendendo o corpo de formação geral, identificados como *PFGM* para professores e *PFGF* para professoras, da mesma forma da área técnica *PATM* e *PATF* do campus de Marechal Deodoro. Essa escolha se justifica por ser o campus com maior número de alunos nessa modalidade no IFAL. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, realizadas no local de trabalho, com data e horário previamente agendados. Procuramos deixar explicitados os objetivos da pesquisa por meio do termo de livre consentimento esclarecido e a garantia do sigilo de sua identidade.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, foi criado através do Decreto nº. 5.478 de 2005 e revogado pelo Decreto nº. 5.840 de 2006, que institui no âmbito federal a obrigatoriedade da inserção de jovens e adultos excluídos do processo educacional. Tal documento determinou que a partir de 2006, 10% das vagas de cada instituição da rede federal de educação profissional fossem destinadas ao ensino médio integrado na modalidade EJA, fato que não ocorreu.

Em setembro de 2014, Nilva Schroeder, Diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (DPE/SETEC/MEC), em reunião com os representantes de todos os Institutos



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Federais de Educação, apresenta dados preocupantes e afirma que é uma realidade que precisa mudar. A diretora cita as metas do PNE (2014-2024), destacando algumas naquela ocasião:

promover o **acesso e a permanência**; **superar as desigualdades** educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; promover a **formação para o trabalho**, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; promover o **exercício da cidadania**. (PNE, 2014, grifos da Diretora)

Na sua apresentação ressalta, ainda, citando o PNAD/IBGE (2012), que 45,8 milhões de pessoas com 18 anos ou mais não frequentam a escola e não têm o ensino fundamental completo e que houve queda nas matrículas de Educação de Jovens e Adultos de 3,7% (141.055), totalizando 3.711.207 no ano de 2013.

Ao apresentar esses dados, percebemos que o PROEJA, após 7 anos de sua obrigatoriedade de implantação nos IFs, vem enfrentando desafios. Dessa forma, o MEC, mais uma vez, percebe que, com a diminuição de matrículas na EJA, é necessário propor a retomada de ações para ampliar a oferta para essa população e garantir a continuidade do PROEJA, enquanto modalidade de ensino. Importante aqui destacar como esse programa chega ao IFAL e como hoje se apresenta.

Tanto os dirigentes quanto os professores apresentaram as dificuldades, especialmente por perceberem que os professores e a instituição em si, não estavam preparados para essa nova modalidade. Podemos perceber nas falas dos dirigentes.

*Mas nessa época a confusão foi grande porque estávamos mudando de identidade outra vez, passando de Cefet para Instituto. Muita gente não entendeu na época essa mudança e nem entende ainda na verdade essa mudança. (Dirigente 12)*

*Naquela ocasião não fui professora do PROEJA, inicialmente, mas fizemos várias reuniões. Mas era visto como uma punição tanto para aqueles que entravam, novatos, como para quem não era da simpatia do gestor da época. As pessoas viam como castigo e alguns justificavam a falta de preparação para ensinar naquela modalidade. Eu vi as duas desculpas para não se ensinar no Proeja. Percebíamos muita resistência e ainda percebemos isso hoje. (Dirigente 13)*

Essa realidade também foi retratada pelos professores:

*Eu entrei no PROEJA por causa de uma conveniência de horário. Não vejo o envolvimento dos colegas docentes. Só que eu sinto da parte dos colegas uma certa resistência em querer trabalhar com esse público, alguns chegam a dizer que tem uma qualificação muito alta para atender este público, existe a resistência de alguns colegas, não são de todos. Alguns dizem quando chegar o próximo professor novato pode me tirar do Proeja, e*





## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

*colocar o próximo que está chegando. Em parte o PROEJA ficou como um lugar para os novatos (PFGM-08)*

*Eu trabalho com o PROEJA desde a implantação aqui no Campus de Marechal Deodoro desde 2008, não tinha nenhuma experiência com o PROEJA não sabia o que era, vim aprender um pouco do que é PROEJA aqui, mas não conhecia nada sobre ele, acho que daqui ninguém sabia era tudo novo pra todo mundo. (PATM-04)*

Importante observar nos relatos que o desconforto foi geral, além disso, o que se configurou na época foi atender uma obrigatoriedade do governo e não atender uma camada da sociedade excluída da vida educacional. Mesmo sendo implantado como programa, segundo Moura (2012, p. 39), dois sentidos orientam as ações nesse cenário, o primeiro refere-se à compreensão acerca da integralidade dos currículos do ensino médio e profissional, o que, para muitos, isso não seria concebível, o segundo sentido das políticas públicas direcionadas a essa área e que fez avançar as ações naquele momento, estaria relacionado à expansão da rede federal de educação tecnológica, garantindo um espaço de qualidade para a EJA.

A criação dos Institutos mostra um grande avanço, diferenciado das ações fragmentadas e focalizadas do governo de Fernando Henrique Cardoso, porém mostra paralelamente a necessidade de se consolidar uma identidade educacional para os IFs. Sobre essas questões é importante enfatizar que as políticas que surgiram na última década

Implicam, respectivamente, as redes estaduais e federal, atingindo, então, a totalidade do sistema público que atua na educação profissional; apresentam metas físicas e financeiras claras; particularmente no primeiro caso, vem acompanhada de um documento básico que dispõe sobre princípios e diretrizes fundamentais para as ações políticas e pedagógicas realizadas sob a sua égide. (MOURA, 2012, p. 40).

No entanto, vários programas vinculados às políticas nessa área estão em construção e sob constante disputa, entre eles o PROEJA. Por isso, corroborando com Moura (2012, p. 44), “a análise fecunda sobre eles é uma necessidade histórica e política.”

Dante Moura (2012; 2013), Jaqueline Moll (2010), Edna Oliveira (2012), entre outros, apontam para a importante relação entre a EJA e a educação profissional e os velhos desafios que essa relação emerge. Moura (2012) ao pensar nos limites e possibilidades da educação profissional técnica de nível médio, especialmente quando se trata da educação de jovens e adultos, afirma que a forma como o PROEJA foi implantado trouxe muitas dificuldades à rede federal, especialmente quando se pensa na atuação dos professores nessa modalidade. Para ele, “[...] não havia professores (nem se pode afirmar que já existam hoje) adequadamente formados para trabalhar no Proeja, nem experiência e conhecimentos acumulados que



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

permitissem a construção de um currículo integrado para jovens e adultos em um curto espaço de tempo. (MOURA, 2012, p.59).”

Essas dificuldades podem ser observadas claramente no relato por um lado da representante do MEC, participante da nossa pesquisa, por outro, de um dos dirigentes na época que recebe essa nova modalidade de ensino.

*Acredito que o Proeja, apesar do nome programa, veio para ser algo estruturante nas redes públicas, com mais intensidade na Rede Federal. Fato que comprova isso, a meu ver, é que ele nunca trabalhou com pagamento de bolsa para professores. Os docentes que nele trabalhavam eram, ou deveriam ser, os docentes da própria Rede Federal. A premissa desse programa era a inserção orgânica nas redes de ensino. O investimento que foi realizado baseava-se na formação de professores (curta duração, lato sensu e stritu sensu), infraestrutura, financiamento de eventos de mobilização, pagamento de Assistência Estudantil ao Estudante, dentre outras ações. Acredito que a semente plantada pelo Proeja, integração da EJA com a EP, embora ainda necessite de mobilização do MEC para vingar, já está na terra. Talvez, se não tivéssemos parado a mobilização em 2011, com a chegada do Pronatec, hoje teríamos um Proeja mais fortalecido. Infelizmente, o imediatismo presente nos governos não permite esse processo de maturação do programa. (Dirigente 1)*

*Foi um desafio. É um público diferenciado, carente em todos os aspectos, afetivo, conhecimento, etc. são alunos que vem sem estudar a muito tempo. Então, para você preparar uma pessoa para trabalhar com o PROEJA é muito difícil, mesmo assim nós encontramos aqui em Maceió muitas pessoas preparadas para trabalhar com esse tipo de público, acima de tudo com o compromisso e entendimento que era um trabalho diferenciado, você tem que se doar mais como ser humano, como professor. Nisso, em Maceió, no primeiro momento, encontramos uma barreira muito grande, principalmente na área da indústria, na área da construção civil, que tinha condições de absolver essa ideia. Até que encontramos uma área que absolveu essa ideia que foi a área de Design com o Curso de Artesanato, e foi um trabalho muito bonito e vitorioso. Ainda hoje existe. E realmente foi muito difícil que até hoje não conseguimos ampliar outras opções de curso aqui em Maceió. (Dirigente 2)*

Devemos ainda destacar aqui o que o Dirigente 11 fala da implantação do programa.

*O grande desafio foi o choque como modalidade desconhecida. Os próprios gestores colocaram culpa da maioria das dificuldades nos professores, mas não é. Acredito que seja a responsabilidade de você lidar com uma modalidade diferenciada. Não é fácil uma escola centenária que sempre trabalhou com adolescente e se vê obrigada a trabalhar com uma Tripla Modalidade, que envolve – educação de jovens e adultos, ensino médio e*



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

*educação profissional. Nós não conseguimos consolidar o Ensino Médio Integrado, como é que você vai consolidar esse Ensino Médio Integrado para EJA que o Instituto não conhece? (Dirigente 11)*

Diante desses relatos observamos duas questões fundamentais: a primeira diz respeito à dificuldade sentida pelos professores, pois surge uma diversidade de modalidades, de ofertas de cursos, entre elas, o PROEJA e a segunda por envolver uma “tripla modalidade”, ou seja, ensino médio, educação profissional e EJA.

Outros pesquisadores, como Oliveira, Pinto e Ferreira (2012), também se referem aos desafios com a implantação do PROEJA, quando tratam da “nova” identidade educacional dos Institutos Federais. Os IFs são instituições de educação básica e superior cujo eixo articulador é a formação profissional, além de ser pluricurriculares e ter uma multiplicidade de campi, a partir de sua expansão desde 2008. Nesse contexto, é diante dessa “nova” identidade que o PROEJA se apresenta como um programa, causando ainda mais impacto nas tomadas de decisões e estruturação de uma “nova” rotina para as centenárias escolas técnicas e ao mesmo tempo com caráter pluricurriculares.

Pensou-se o PROEJA tendo como horizonte a construção de uma política pública que dialogue tanto com as demandas imediatas de escolarização básica e profissionalização quanto com as demandas permanentes de uma educação que, necessariamente, deve acontecer ao longo da vida. (MOLL, 2010, p. 134).

Essa concepção, quando da implantação do programa, exigia muito de todos os atores envolvidos, especialmente dos gestores, que eram “obrigados” a cumprir o decreto sem conhecer a dimensão e a complexidade dessa modalidade, e dos professores que, em sua maioria, eram técnicos formados em áreas disciplinares, não sentindo, muitas vezes, necessidade de dar continuidade a uma formação acadêmica. Dessa forma, várias intervenções foram realizadas, porém a resistência dos atores internos envolvidos foi ainda maior. Queremos destacar, ainda, nesse terceiro momento, um fato retratado pela Dirigente 1, representante do MEC:

*Acredito que a semente plantada pelo PROEJA, integração da EJA com a EP, embora ainda necessite de mobilização do MEC para vingar, já está na terra. Talvez, se não tivéssemos parado a mobilização em 2011, com a chegada do Pronatec, hoje teríamos um PROEJA mais fortalecido. Infelizmente, o imediatismo presente nos governos não permite esse processo de maturação do programa. (Dirigente 1)*

Essas características destacadas pela representante do MEC mostram que essa modalidade, diferentemente de outros programas, já nascia naquele momento com caráter de política pública para EJA, embora reconheça que no âmbito do Ministério da Educação a mobilização para o seu aprimoramento tenha sido interrompida em 2011, com a entrada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) nos Institutos.





## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Assim, o governo divide opiniões ao lançar mais um programa com o objetivo de ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica através de cursos gratuitos não apenas nas escolas públicas federais, mas também nas estaduais, municipais, unidades de ensino do sistema S - SENAI, SENAC, SENAR e SENAT, além de contar com as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio.

Essa ação é importante, não temos dúvida sobre isso, porém percebemos que paralelamente à implementação desse programa, o PROEJA foi “esquecido”, pois sabemos que para que o Pronatec se efetivasse não só na rede federal, mas na municipal, estadual, chegando até as instituições privadas, muitos recursos que poderiam ser utilizados para a construção de laboratórios e a estruturação de outras ações para o PROEJA deixaram de ser disponibilizados.

Segundo Frigotto (2014), o PRONATEC se tornou um “caça-níquel para faculdades privadas”, que recebem esses recursos, mas não têm tradição alguma em cursos técnicos. O autor prossegue afirmando que “continuamos mudando os nomes das coisas, enquanto milhares de jovens e adultos não têm escolaridade. Gastamos dinheiro e não resolvemos o problema.” Sobre essa mesma questão, Lima (2011, p.14) afirma que “com o Pronatec, o governo brasileiro completa o ciclo da privatização, precarização e aligeiramento da formação técnica de nível médio.”

Diante de tudo que foi apresentando até o momento, concordamos com Vitorette (2014, p. 92) quando afirma que

A implantação do Proeja, nesse sentido, representa um avanço em lei que pode favorecer a classe trabalhadora, que necessita de concretização aprimorando esse favorecimento, criando caminhos educativos para os trabalhadores capazes de considerar suas especificidades e proporcionar uma educação na perspectiva de emancipação na formação do cidadão. Além disso, se faz necessário pensar no fortalecimento das forças dentro dos IFs e fora dele, que se encontram dispersas, que lutam pela afirmação do direito a educação dos trabalhadores brasileiros, que se crie política pública de Estado.

No entanto, essas forças internas ainda estão insipientes, pois exige ações diferenciadas, tanto dos profissionais quanto dos gestores que lidam com essa modalidade de ensino como demonstrado nas falas dos entrevistados. Os professores expressam que não tem conhecimento sobre essa questão e que não compreendem essa modalidade enquanto política. Percebemos que uma questão está implicada na outra, pois se não compreendermos o PROEJA como algo mais amplo que um programa, não podemos dimensionar enquanto uma política institucional.

#### 4. CONCLUSÃO

Para finalizar, gostaríamos de destacar três aspectos: o perfil do professor mudou nos últimos anos. há uma diversidade muito maior de cursos nos IFs e um aumento considerável



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de cursos superiores. Assim, ao chegarem com Mestrado e Doutorado, os professores acreditam que não se adequam a essa modalidade, especialmente porque não foram preparados para atender a EJA. No entanto, percebemos que a questão da institucionalização ou não do PROEJA é algo bem maior do que esses desafios tratados até o momento.

Sobre essa questão, Vitorette (2014, p.86) a partir dos estudos de Paiva (2009), lembra que “no Brasil, a EJA foi percebida como compensação de estudos; permanece, então, o desafio de inseri-la como política pública de direito, seja para os diversos governos, seja para a sociedade brasileira como um todo”, incluindo aí o PROEJA. Para a autora “ Na gênese do Proeja, percebe-se a intenção de transformá-lo em política pública considerando os caminhos que foram sendo criados ao longo dessa ação, tais como: legislação, financiamento, formação, pesquisa e produção teórica.” (VITORETTE, 2014, p.100)

Nessa perspectiva, acreditamos que o PROEJA apesar de representar uma política com legislações específicas, com alguns avanços durante os últimos anos, numa tentativa de se construir uma educação que assegure e atenda as expectativas dos jovens e adultos trabalhadores, ainda exige aprimoramento. Notamos ainda, que historicamente ocorreram grandes mudanças na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nesse tempo o público também se modificou, pois a identidade dessa rede foi alterada a cada fase.

Nesse sentido, a entrada de jovens e adultos trabalhadores é vista para alguns como importante por acreditarem que a sociedade tem uma dívida com esse público e, por outro lado, temos uma parcela que vê nessa modalidade um desafio e quando os IFs atendem as diversas frentes, não tem identidade educacional. É preciso reconhecer que essa modalidade não deve ser encarada como mais uma ação governamental de oferta de cursos aligeirados para o público de EJA e sim, como uma política pública que veio para ficar.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Congresso Nacional. **Decreto 5.478, de 24 de junho de 2005**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.. Acesso em 10 fev. 2013.

BRASIL, Congresso Nacional. **Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.. Acesso em 10 fev. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Base. Programa nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de educação de jovens e adultos**. Brasília: SETEC/MEC, 2009.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO NA MÍDIA. 2013. **Todos pela Educação**. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/29069/brasil-evolui-mas-continua-entre-os-piores-em-ranking-mundial-de-ensino/> Acesso em 27 de agosto de 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.  
IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em 10 de mar de 2013.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2013. Disponível em <http://www.censo2012.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em 10 de mar de 2013.

LAKATOS EM, Marconi MA. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo (SP): Atlas, 1991.

LIMA, Marcos Ricardo de . PRONATEC-Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: considerações iniciais de uma crítica na perspectiva marxista. In: **III Encontro Norte-Nordeste de Trabalho, Educação e Formação Humanas**. Maceió, 2011.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Margarida Pesquisa com foco na educação de trabalhadores a partir do PROEJA. In.: MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro (Orgs.). **Educação dos trabalhadores: políticas e projetos em disputa**. Campinas, SP: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda, 2011.

MOLL, Jaqueline (Org.) **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique Políticas Públicas para a educação Profissional Técnica de nível médio nos anos (1990 e 2000) limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Ramon. **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

\_\_\_\_\_ **Produção de Conhecimento, Políticas Públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

OLIVEIRA, Edna Castro; PINTO, Antonio H. e FERREIRA, Maria Jose de R. (Orgs.) **Eja e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Brasília, Liber Livro, 2012.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PNE, PLANO Nacional de Educação., Ministério da Educação., 2014. Disponível em:  
<http://fne.mec.gov.br/images/doc/PNECamara.pdf> Acesso em 03 de setembro de 2014.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. **A não consolidação do Proeja como política pública de Estado.** Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.